

# 38

## Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Instituto de História Económica e Social  
Coimbra 08

## **A comemoração da Grande Guerra em Portugal 1919-1926**

FILIPE RIBEIRO DE MENESES  
National University of Ireland, Maynooth

As origens do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 têm sido alvo de estudo histórico constante; como tal, as relações entre o Exército e regime por ele derrubado têm também recebido as atenções da historiografia portuguesa. Grande parte da hostilidade entre a República e o Exército pode, sem dúvida, ser explicada por referência a questões políticas (a lealdade à Monarquia ou ao sidonismo de grande parte dos oficiais de carreira), a questões corporativas (a incorporação no quadro permanente do Exército dos oficiais milicianos da Grande Guerra) e à própria decisão de intervir na Grande Guerra, tomada contra a opinião de grande parte da oficialidade que teve de se bater em África e em França.<sup>1</sup> Estas dificuldades, sentidas a partir de Março de 1916, e a falta de compensações obtidas por Portugal no Tratado de Paz, iriam alimentar um clima de desconfiança entre a classe política republicana e os oficiais do Exército, que se agravaria até 1926. Estudos recentes apontam a importância de oficiais tais como Sinel de Cordes no desenvolvimento de um sentimento

---

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX* (Lisboa: Estampa, 1992); Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra (1916-1918)* (Lisboa: Cosmos, 2000).

de oposição ao regime, trabalhando consistentemente através da imprensa para indispôr a oficialidade com a República.<sup>2</sup> Mas ter-se-á devido tal sentimento de oposição apenas às questões já referidas, ou houve porventura outras, menos espectaculares mas igualmente capazes de impedir a cicatrização das feridas abertas pelo conflito mundial?

Uma das muitas facetas da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial que ainda não foram devidamente investigadas é a forma como o regime republicano – e os que lhe seguiram – decidiram comemorar essa mesma participação. A capacidade de desenvolver um ritual de comemoração, e de nele envolver a população, que assim interioriza não só os fenómenos exteriores do ritual, como também o seu significado profundo, indica, até certo ponto, o nível de consenso num país sobre o significado de um conflito. Salta imediatamente à vista o facto de Portugal, de todos os Aliados ocidentais, ter sido o único a não organizar as suas principais cerimónias de comemoração no 11 de Novembro, sobrepondo-lhe uma outra data, o 9 de Abril, à qual atribuiu uma maior importância. Este facto, por si só, desperta a curiosidade do investigador, especialmente tendo em conta a importância que é, cada vez mais, dedicada por historiadores da Grande Guerra à forma como esta foi comemorada, para melhor conhecer a visão da guerra tida pelas sociedades por ela tocadas, directa ou indirectamente. Por isso mesmo, o estudo do evoluir de um ritual comemorativo se tornou um aspecto fundamental na historiografia europeia da Grande Guerra, sendo de assinalar obras como as de Antoine Prost<sup>3</sup> e Adrian Gregory<sup>4</sup>. Existiram, claro, diferenças nacionais neste processo evolutivo. Lendo estas obras, apercebemo-nos de que o ritual comemorativo francês desenvolveu-se de forma mais democrática do que o britânico: mas mesmo nas várias partes do Reino Unido as decisões centrais quanto à forma como homenagem seria prestada aos mortos em combate foram tomadas pelo Primeiro Ministro, David Lloyd George, que sabia como ninguém adivinhar os desejos da opinião pública.

A finalidade deste artigo é a sugestão de possíveis ligações entre a comemoração da guerra em Portugal, o tratamento dos ex-combatentes pelos Governos republicanos e a atitude hostil de largos sectores do Exército português para com o regime republicano. Um dos fins da intervenção portuguesa – e republicana – na guerra era a criação de um escol de veteranos que serviria de símbolo vivo da

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Aniceto Afonso, *História de uma conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio* (Lisboa: Notícias Editorial, 2000).

<sup>3</sup> Antoine Prost, *Les anciens combattants et la société française* (Paris: Gallimard, 1977).

<sup>4</sup> Adrian Gregory, *The silence of memory: Armistice Day 1919-1946* (Oxford: Berg, 1994).

regeneração obrada pelo novo regime e de reserva moral e física da República; mas nem a experiência portuguesa da guerra nem o tratamento oferecido aos ex-combatentes pelo regime permitiu o aparecimento de tal elite.<sup>5</sup> Podemos identificar três factores centrais que afectaram o desenvolvimento do ritual comemorativo português. Em primeiro lugar está a forma como Portugal viveu o fim da guerra. Em Portugal, o final da Grande Guerra não foi devidamente celebrado, já que Sidónio Pais se mantinha ainda no poder contra a vontade de grande parte da opinião republicana. Sidónio assinalou o final da guerra com um desfile militar e uma troca de telegramas com os Chefes de Estado dos países aliados, tentando usar esses mesmos telegramas para demonstrar, mais uma vez, a forma como a sua liderança era bem vista em Paris, Londres e Washington. Não podia ser Sidónio, no poder graças à oposição popular à política intervencionista de, entre outros, Afonso Costa e António José de Almeida, a dar os primeiros passos para a comemoração do esforço de guerra português. De qualquer forma, em Novembro de 1918 o Presidente estava unicamente empenhado na luta pela sobrevivência política, luta que cedo perderia para sempre. Após a morte de Sidónio a situação tornou-se ainda mais confusa. Restavam dúvidas no Portugal de 1919 sobre a lealdade política do Exército e, em especial, do Corpo Expedicionário Português (CEP) e sobre o entusiasmo com que este se batera em França. Viviam-se ainda num clima de pré-guerra civil, que de facto eclodiu com a Monarquia do Norte, não se extinguindo, porém, com o fim dos combates, os ódios acumulados durante os anos da guerra. Num tal clima, em que a República estava acossada em todas as frentes, os desejos dos veteranos e das famílias de soldados mortos em combate passaram para segundo plano; o lento e triste regresso do CEP a Portugal tornou mais difícil a tarefa dos que queriam que os antigos combatentes fossem felicitados e escutados quanto ao futuro rumo do país.

Em segundo lugar, num país onde, nem os analfabetos (o grosso do Exército português), nem as mulheres votavam, era extremamente difícil tanto os antigos combatentes como as famílias enlutadas serem ouvidos em relação às suas necessidades materiais, psicológicas e espirituais, desempenhando o papel fulcral que os seus congéneres aliados viriam a ter em democracias como França e Inglaterra. Assim, o ritual comemorativo tornou-se um brinquedo

---

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, o artigo de Faria Afonso, 'Dignidade individual e colectiva', em *A Guerra*, Fevereiro de 1926: 'supoz-se durante um tempo que a boa semente dispersa nos campos de batalha de todo o mundo, uma vez recolhida e distribuída equitativamente por todos os países empenhados na Grande Guerra, serviria a uma vasta sementeira que em Portugal desenvolvesse o que na realidade mais falta faz à vida das nações que pretendem viver libertas e respeitadas: a dignidade individual e, conseqüentemente, a dignidade colectiva.'

político entre intervencionistas e anti-intervencionistas, e entre republicanos e os seus opositores.<sup>6</sup> Os que fizeram a guerra e que com ela mais sofreram não foram nisto consultados. Por fim, o número de mortos nas várias frentes de combate (em torno de sete mil homens) não foi suficiente para universalizar o luto. Nem todas as famílias foram afectadas directamente pela Guerra em Portugal. Assim sendo, a necessidade de uma manifestação colectiva e pública de pesar não foi capaz, como noutros países, de se impôr à classe política. Não impediu isto, porém, que alastrasse um sentimento de revolta pela forma como a guerra foi celebrada pelo regime, e pela manifesta falta de interesse pelos ex-combatentes.

A vivência difícil do CEP foi já examinada noutros trabalhos e devemos por isso limitarmo-nos agora à forma como o CEP voltou a Portugal. Este regresso foi feito ao longo de vários anos. A primeira leva foi formada por oficiais que regressaram a partir de Dezembro de 1917, aproveitando as novas circunstâncias, criadas pelo golpe sidonista, para não mais voltar a França. Ao mesmo tempo que esta acção, entendida pelos soldados do CEP como uma deserção, ocorria, eram retidos em Portugal oficiais intervencionistas cujas opiniões políticas os tornavam agora inimigos do regime. Depois, e como consequência dos combates, do clima e do estado de saúde precário de muitos soldados portugueses, foi necessário repatriar homens em grande número. A 11 de Março de 1918, por exemplo, o navio hospital *Glengorn Castle* atracou em Lisboa, transportando 560 homens, dos quais 350 eram tuberculosos. No mês seguinte, os cruzadores auxiliares *Gil Eanes* e *Pedro Nunes* devolveram outros 1.120 homens a Portugal. Embora Sidónio Pais estivesse presente no cais para dar as boas-vindas aos veteranos da Flandres, estes não eram dias de festa. Devido à necessidade de proteger os navios destinados ao regresso do CEP de ataques submarinos, a data prevista das sucessivas chegadas não

---

<sup>6</sup> Uma notícia em *O Século* simbolizou a mudez das famílias perante o Estado. No 10 de Junho de 1923 decorreu, em Viana do Castelo, uma homenagem à Brigada do Minho, unidade que se distinguiu na batalha do Lys. O Presidente da República, António José de Almeida, estava presente, e distribuiu medalhas há muito devidas a soldados e oficiais. Segundo *O Século* do dia seguinte, ‘recebeu também a Cruz de Guerra Faustina Domingos de Jesus, de Freixelo, Coutelo, mãe do soldado de infantaria 3 Francisco Lourenço Castanheira, morto na batalha do Lys. A pobre velhinha, que se encontra paralítica, apresentou-se de luto rigoroso. Treme constantemente e chora sem interrupção num choro silencioso e conflagrador. Encontra-se neste estado desde que o filho marchou para a guerra, e de então para cá nunca mais deixou de chorar. Foi transportada em braços, pois não se pode mover. No momento da condecoração o Senhor Presidente da República abraçou-a e beijou-a, chorando também. Não obstante a presença de tantos milhares de pessoas, fez-se nesse momento um silêncio profundo e religioso, vendo-se todos os olhos marejados de lágrimas [...]’

podia ser noticiada antecipadamente. Era legítimo esperar, assim sendo, que a chegada dos soldados do CEP começasse, após o fim da guerra, a ser festejada publicamente. Anunciando, a 12 de Dezembro, a partida de um vapor para França para repatriar mais alguns elementos do CEP, *O Século* afirmou que ‘seria ingratidão que o país não recebesse com o maior carinho quem, pelo seu prestígio e pela sua glória, afrontou corajosamente tamanhos perigos [...]’. O mesmo jornal regressou a este tema a 28 de Dezembro:

Na Alemanha as tropas que reentram nos seus aquartelamentos são recebidas sob chuva de flores e entre aclamações vibrantes e calorosas. E, todavia, são tropas vencidas! Com quanta mais razão não deveríamos nós aclamar os irmãos nossos que voltam gloriosos e vencedores da maior luta que o mundo viu.

Vem aí o primeiro contingente do nosso corpo expedicionário a França. Não o receberá Lisboa entre bandeiras e festas, porque a nação está de luto. Mas é preciso que a população demonstre a esses soldados, que com tamanha abnegação e coragem levantaram lá fora o nome da nossa terra, que o povo conhece o seu valor, sabe quanto eles fizeram em prol da grandeza e felicidade de Portugal [...].

Mas não foi uma atmosfera festiva que recebeu, ao longo dos próximos dois anos, sucessivas levas de soldados do CEP.<sup>7</sup> O ceremonial apagado da chegada elaborado pelo regime sidonista iria ser mantido – desnecessariamente – pela ‘República Velha’ após o seu triunfo em 1919, com a agravante de faltar a pessoa-chave do Presidente.<sup>8</sup> A pouca importância atribuída ao regresso dos soldados de África e da Flandres tornou-se ela própria uma notícia. *João Verdades*<sup>9</sup>, a 20 de Fevereiro de 1919, reproduziu nas páginas do *Século* a carta de um leitor francês residente em Lisboa. Este veterano da guerra de 1870 estava preocupado com a forma como decorriam os sucessivos desembarques das tropas expedicionárias: ‘As tropas portuguesas, tão bravas, regressam. Não se sacrificaram pelo seu nobre país? Que se fez para as receber? Ainda não tive a ocasião de ver a chegada deles anunciada em termos dos seus compatriotas

---

<sup>7</sup> Os últimos seis soldados do CEP chegaram a Portugal em Março de 1921, a bordo do vapor *Machico*, acompanhando o que restava do material do exército português em França. *O Século*, 1 de Abril de 1921. O grosso do CEP tinha sido repatriado ao longo de 1919.

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, em *O Século*, 19 de Janeiro de 1919, a notícia da chegada do navio britânico *Northwestern Miller*, que transportava 29 oficiais e 1.503 praças. Mais triste ainda foi a chegada, vindo de Moçambique, do vapor *Quelimane*, a 17 de Fevereiro de 1919. As tropas desembarcaram de noite, sem qualquer comité de espera digno de registo por *O Século*.

<sup>9</sup> *João Verdades* era o pseudónimo do jornalista Tito Martins.

poderem preparar-lhes a recepção de que são dignas. Porquê?’ Pouco mudou nos meses que se seguiram; a única iniciativa prática partiu de uma instituição de caridade de inspiração norte-americana, o Triângulo Vermelho Português, que, de Março a Julho de 1919, manteve abertas várias barracas na Avenida 24 de Julho para apoiar os soldados que vagueavam por Lisboa à espera de serem desmobilizados. Nestas barracas, os soldados tinham ao seu dispor uma cantina, uma biblioteca, áreas de recreio e de jogo e, sobretudo, papel, tinta e escrevedores de cartas. Ao celebrar-se o primeiro aniversário da batalha de La Lys, o dr. José Pontes, que se tinha distinguido pela obra de recuperação de soldados mutilados, falando numa sessão solene no Teatro Nacional, criticou asperamente a forma como tinham sido recebidos os primeiros contingentes regressados da frente, classificando esse gesto de ‘ingratidão tremenda’. Não havendo grande diferença entre os primeiros e os últimos, a ‘ingratidão’, se a houve, manteve-se.

Em 1919 a República, delibilitada, teve de enfrentar a mais séria de todas as rebeliões monárquicas. Podemos-nos questionar assim sobre o interesse que tinham para os Governos da República os sucessivos desembarques. Numa época marcada pela escassez de tempo e de fundos, talvez fosse impossível receber condignamente os combatentes. Seria isto porventura aceitável se, de facto, todos tivessem sido recebidos da mesma forma – mas não o foram. A 12 de Abril de 1919 chegou a Lisboa, vindo de Moçambique, um batalhão da Marinha. A sua recepção na capital foi tudo aquilo que as recepções dos contingentes do CEP e das outras expedições a África não foi. Comissões republicanas mobilizaram a população da capital para a chegada dos marinheiros. Segundo o *Século*, ‘Lisboa inteira’ respondeu a este apelo, acompanhando os 476 marinheiros desde o cais até ao quartel da Alcântara.<sup>10</sup> A própria recepção oficial foi diferente; não no cais, onde as caras habituais estavam presentes (com o Governo melhor representado do que habitualmente), mas sim no quartel de Alcântara. Este estava cheio de ‘populares’ que largaram foguetes e entoaram o hino nacional ao ver entrar os marinheiros. Segundo *O Século*, era ‘impossível descrever o que se passou neste momento de entusiasmo e de febre, tão quentes e calorosas foram as manifestações’. Os marinheiros formaram na praça de armas, e ouviram discursar os Ministros da Marinha, da Instrução Pública e do Comércio, e um representante da Comissão Nacional da Defesa da República. Como explicar a diferença de tratamento?

---

<sup>10</sup> *O Século*, 13 de Abril de 1919.

O batalhão da Marinha foi formado e enviado para Moçambique após a fracassada rebelião anti-sidonista daquela arma em Janeiro de 1918. Os marinheiros, tradicionalmente fiéis à República, agiram tarde de mais e os seus navios foram facilmente derrotados pela artilharia de terra, leal a Sidónio. Leote do Rego, a figura mais emblemática da corrente republicana e intervencionista dentro da Marinha, falaria mais tarde em massacre premeditado contra os marinheiros, bombardeados muito para além do aceitável no decorrer de uma rebelião militar.<sup>11</sup> Ao enviar o batalhão para África, Sidónio Pais estava a livrar-se de potenciais inimigos e, ao mesmo tempo, a dar corpo a uma velha aspiração dos anti-intervencionistas: que a guerra fosse feita pelos que a tinham desejado.<sup>12</sup> A extraordinária recepção feita aos marinheiros que regressavam de Moçambique era, desta forma, uma afirmação da força do regime republicano após o interlúdio sidonista e a rebelião monárquica e um renovar das ligações entre o regime e os seus tradicionais defensores. A virulência dos discursos proferidos no quartel de Alcântara demonstra isto perfeitamente. O Ministro da Marinha afirmou que, embora na ausência dos marinheiros ‘a reacção’ tivesse ‘tentado apunhalar pelas costas a República’, o regime se encontrava agora ‘mais forte e indestrutível’. Para o Ministro da Instrução Pública, Portugal ‘só não desapareceu num montão de lama porque a Marinhagem o não consentiu’; quanto aos deembristas, podiam não ser traidores, mas eram certamente, e pelo menos, ‘imbecis inconscientes’, pois tinham feito ‘o jogo da Alemanha’. Para o Ministro do Comércio, o deembrismo tinha representado uma traição, pelo qual os marinheiros o tinham combatido; a sua deportação ‘constituiu um verdadeiro crime e uma autêntica vergonha’. Ao receber com tais demonstrações uma força politizada, a República estava a menosprezar o sacrifício dos homens que constituíram o CEP e as outras expedições a África.<sup>13</sup> Algumas semanas

---

<sup>11</sup> Numa longa intervenção feita a 11 de Junho de 1919 na Câmara dos Deputados, Leote do Rego falou no ‘bombardeamento da Marinha portuguesa e de escaleres, indefesos, a pretexto de uma suposta insubordinação e que não passou afinal de uma vil ratoeira.’ *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Junho de 1919.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, *O Dia* (Lisboa), 5 de Setembro de 1916: ‘Cada vez nos parece mais estranho o facto de se não organizar o voluntariado português para a guerra europeia, na qual hão de tomar parte, indo na vanguarda das tropas portuguesas e para onde a luta seja mais acesa, os amigos da Sérvia que por aí andaram há meses em ruidosas manifestações [...]’. Note-se que Salazar empregou a expressão ‘amigos da Sérvia’ durante a Guerra Civil de Espanha. António de Oliveira Salazar, *Discursos e notas políticas*, Vol. III, 1938-1943, 2ª Edição, (Coimbra: Coimbra Editora, 1959), p. 113.

<sup>13</sup> Deparamos ainda com este fenómeno de celebração dos heróis e mártires republicanos na sessão solene dedicada a Carvalho de Araújo, a 26 de Julho de 1919, no Teatro Nacional. Esta cerimónia, organizada conjuntamente pela Associação do Registo Civil e pela Federação do

antes, numa cerimónia a celebrar a batalha de La Lys, o major Fernando Amaral, veterano dessa mesma batalha, tinha afirmado que o que os outros combatentes da grande guerra mais estimariam seria ‘o carinho dos concidadãos, manifestado no desembarque, na ocasião do regresso’<sup>14</sup>. Não o tiveram.<sup>15</sup>

Se a chegada das tropas a Lisboa foi problemática, então as formas adoptadas para celebrar a vitória e demonstrar o carinho da Pátria e da República pelos seus heróis também o foram. Quer em França, quer na Grã Bretanha, o 11 de Novembro, dia do armistício, foi rapidamente adoptado como o ponto fulcral da comemoração de guerra. O mesmo não ocorreu em Portugal, onde durante anos várias datas estiveram em competição: 11 de Novembro, 14 de Julho, 10 de Junho e 9 de Abril. Só após alguns anos é que o 9 de Abril, uma data exclusivamente portuguesa e não aliada ou universal, se afirmou como o principal dia para assinalar a presença portuguesa na Grande Guerra. A primeira série de acontecimentos solenes foi programada em Março de 1919 para 9 de Abril desse mesmo ano, sob a batuta do Governo, da Câmara Municipal de Lisboa e da Comissão Nacional de Defesa da República. Rapidamente se chegou à conclusão que mais tempo seria necessário para organizar um acto digno da ocasião. Mesmo assim, algumas iniciativas foram tomadas nesse dia: houve tolerância de ponto nas Secretarias de Estado, feriado nas escolas e rancho melhorado nos quartéis. Houve ainda festas nos Institutos de Arroios e de Santa Isabel, dedicados ao tratamento e recuperação dos mutilados de guerra, e uma série de récitas de gala nos teatros da capital. O acontecimento fulcral decorreu à tarde, no Teatro Nacional, com uma sessão solene à qual compareceu o Presidente da República, almirante Canto e Castro. No Porto, um cortejo cívico foi organizado pelo Grémio Académico Republicano, que culminou

---

Livre Pensamento, foi mais uma demonstração de fê republicana e intervencionista, uma equação dos conceitos ‘patriota’ e ‘republicano’. No palco, ao lado dos sobreviventes do *Augusto de Castilho*, estavam deputações de, nas palavras do *Século*, ‘colectividades liberais’, do mundo da educação e da beneficiência, de forças republicanas e da maçonaria. Presentes estavam o Governo e o Presidente da República. Os discursantes foram as principais figuras intervencionistas: Sebastião de Magalhães Lima, Leote do Rego, Norton de Matos e, por correspondência, o próprio Afonso Costa. Um tema recorrente foi a necessidade de se fazer justiça aos intervencionistas, que tinham pela sua política conduzido Portugal a uma posição internacional extremamente favorável. Apenas Norton de Matos lembrou as necessidades dos que tinham combatido, acrescentando que os orfãos de guerra precisavam de apoio.

<sup>14</sup> *O Século*, 10 de Abril de 1919.

<sup>15</sup> Vale a pena lembrar as palavras de Leote do Rego, na Câmara dos Deputados, a 11 de Junho de 1919: ‘Esses [oficiais e soldados] que morreram talvez fossem mais felizes do que os sobreviventes, porque não puderam assistir ao espectáculo triste da chegada de tropas foram recebidas mais do que com indiferença [SIC], porque quase as acolheram com zombaria (apoaidos)’. *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Junho de 1919.

no Governo Civil, onde foram feitos discursos, e a Junta Patriótica do Norte promoveu uma sessão no Teatro Águia de Ouro. Em Coimbra, destacou-se a acção da Comissão Nacional da Defesa da República, que celebrou a data no Teatro Avenida, reunindo oficiais, elementos do Governo Civil e figuras da Universidade. Outras sessões solenes e vários cortejos decorreram por todo o país. Foi logo em 1919, portanto, que o 9 de Abril começou a assumir um papel importante – se bem que ainda não dominante – na forma como a guerra iria ser lembrada e comemorada em Portugal. A 1 de Julho a cidade de Lisboa foi embandeirada em consequência da assinatura do tratado de paz, sendo ainda organizada no Teatro da Trindade uma récita extraordinária em homenagem às nações aliadas.<sup>16</sup> A grande comemoração da vitória decorreu duas semanas mais tarde, numa data do máximo simbolismo no calendário republicano – o 14 de Julho. O Primeiro Ministro e Ministro do Interior, coronel Sá Cardoso, deu instruções aos governadores civis de todo o território português ‘para que nos seus distritos aqueles festejos’ tivessem ‘o brilhantismo possível, pondo-se em destaque o valor e heroicidade dos militares portugueses que tomaram parte na guerra’.<sup>17</sup>

Nesse dia, e em eco do que se passava ao mesmo tempo em Paris, um enorme cortejo militar, o ‘Cortejo da Paz’, percorreu Lisboa desde a praça do Saldanha até ao Rossio, passando pela tribuna de honra no Teatro Nacional. Foi este, para o Exército português, um banho de multidão. No entanto, ocorrendo mais de meio ano depois do fim efectivo da guerra, com parte do CEP ainda em França e parte já desmobilizada e dispersa por todo o país, o 14 de Julho de 1919 afigurou-se sobretudo mais como uma tentativa de demonstrar ao país a razão dos intervencionistas do que a de celebrar, num espírito nacional, o sacrifício dos combatentes. O desfile, liderado por um destacamento da GNR a cavalo, e para além de tropas de infantaria, cavalaria, e arilharia, incluiu ainda vinte soldados do CEP portadores da Cruz de Guerra, mutilados a receber tratamento e instrução nos centros de Arroios e Santa Isabel, 110 marinheiros americanos, alunos da Escola de Guerra, do Instituto de Pupilos do Exército e da Instrução Militar Preparatória, escuteiros, um destacamento de marinheiros portugueses e outras unidades recentemente regressadas da frente: sapadores, telegrafistas e companhias de saúde e de administração militar. Outras iniciativas decorreram nesse dia, nos quais se esboçou uma interpretação republicana e intervencionista da guerra. O Jardim da Estrela foi palco de um enorme cortejo de dez mil crianças, à qual se seguiu uma distribuição de lanche, brinquedos e bandeiras

---

<sup>16</sup> *O Século*, 2 de Julho de 1919.

<sup>17</sup> *O Século*, 9 de Julho de 1919.

dos países aliados. Aos participantes e suas famílias foram distribuídos ainda ramos de oliveira, simbolizando o desejo de consolidação da paz entre os povos, tornado possível graças aos esforços dos povos livres. Este simbolismo estava presente em abundância no Jardim Zoológico, onde foi plantada uma oliveira pelo Presidente do Governo, na presença dos seus colegas de gabinete, do Corpo Diplomático, e autoridades civis e militares. Os mutilados de guerra foram empregues como porteiros, guiando os convidados aos seus lugares, e fez-se a estreia, durante a cerimónia, de um ‘Hino da Paz’, composto para a ocasião pelo maestro F. Fão, com versos de H. Lopes de Mendonça. A paz foi o tópico do discurso central, feito por Sebastião de Magalhães Lima, paz que ele desejou ‘universal e eterna’: ‘que não mais guerras ou revoluções venham enlutar a alma dos povos e acerbar mais o sofrimento humano.’<sup>18</sup> Esta era uma paz, por isso, necessária também em Portugal. Para que da guerra fossem colhidos frutos, bandeiras partidárias tinham de ser abatidas. Às 22 horas houve ainda uma récita de gala em São Carlos, e uma hora depois seguiu-se um espectáculo de fogo de artifício no Tejo, seguido de bailes e desfiles populares no centro da cidade. A comissão organizadora dos festejos, presidida por Sebastião de Magalhães Lima, tomou uma última decisão: manter-se intacta até à colocação da primeira pedra de um monumento nacional aos mortos pela Pátria durante a guerra.

Depois dos festejos da vitória seguiu-se um longo interlúdio sem celebrações. As tropas continuaram a chegar a Portugal da mesma forma triste, Governos continuaram a cair e o desejo de punir os responsáveis pelo dezembrismo manteve-se vivo. No Senado, Bernardino Machado pediu a remoção do corpo de Sidónio Pais dos Jerónimos.<sup>19</sup> O primeiro aniversário da assinatura do armistício passou quase despercebido; o *Século* melhorou a ‘sopa dos pobres’, distribuindo ainda esmolas pelos indigentes da cidade e os mutilados de guerra. Foi só a 9 de Abril de 1920, o segundo aniversário da batalha de La Lys, que a comemoração voltou a ser notícia. Às 5 da tarde, no Jardim das Albertas, às Janelas Verdes, foi colocada pelo Presidente da República a primeira pedra do monumento prometido pela comissão nomeada pela Câmara Municipal de Lisboa. Estavam presentes o Governo, a vereação da Câmara, e vários oficiais do Exército, Marinha, e GNR. António José de Almeida, prosseguindo um projecto político de longa data, enfileirou os mortos da Grande Guerra no combate pela reconciliação nacional: ‘o monumento erguido à memória dos

---

<sup>18</sup> *O Século*, 15 de Julho de 1919.

<sup>19</sup> *O Século*, 13 de Dezembro de 1919. Alguns dias mais tarde, Bernardino Machado, igualmente no Senado, lamentou que as exéquias por alma de Sidónio Pais ‘não tenham sido proibidas pelo Governo em todo o país’. *O Século*, 18 de Dezembro de 1919.

nossos valentes soldados, que lá fora combateram, relembrará a sua abnegação e o seu amor pela raça, representando, ao mesmo tempo, o estímulo para a unidade moral dos portugueses, para a coesão espiritual da nacionalidade, que é preciso realizar, em breve, através de uma concórdia nacional [...].<sup>20</sup> Este monumento foi completado apenas após o fim do regime republicano, e noutra ponta de Lisboa, embora uma Comissão organizasse, ao longo dos próximos anos, numerosos eventos para angariar os fundos necessários. Uma segunda ‘primeira’ pedra foi colocada na Avenida da Liberdade a 9 de Abril de 1923, e o modelo do monumento foi aprovado apenas em Agosto de 1925, após um primeiro concurso infrutífero.<sup>21</sup> No Porto, entretanto, um cortejo patriótico organizado pela Liga Republicana Radical ocorreu à noite, reunindo tropas, bombeiros, alunos, escuteiros, instituições de beneficência, centros políticos e, significativamente, um ‘grupo de revolucionários civis’. O cortejo dirigiu-se ao Governo Civil, visitando ainda Norton de Matos, nessa altura hospitalizado. O aniversário da batalha de La Lys foi ainda a data escolhida para uma longa lista de celebrações civis e militares, durante as quais cidades e vilas, e regimentos e batalhões, prestaram homenagem aos oficiais e soldados mortos durante a guerra. Assim, em Braga, a primeira pedra de um monumento foi lançada e no quartel de Infantaria 8 foi inaugurado o retrato do Alferes Ambrósio Ferreira, morto a 9 de Abril.

Em 1920, porém, outra data serviu para comemorar a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial: o 10 de Junho. Pelas unidades militares de todo o país foram nesse dia inauguradas lápides com o nome dos mortos em combate. O acontecimento central ocorreu em Lisboa, onde a Comissão Técnica de Infantaria organizou, na Sociedade de Geografia, uma sessão solene. António

---

<sup>20</sup> *O Século*, 10 de Abril de 1920. No mesmo dia o Instituto dos Mutilados de Guerra de Arroios foi entregue à Cruzada das Mulheres Portuguesas, que o tinham criado e regido até ao ataque desferido contra a Cruzada pelo governo de Sidónio Pais.

<sup>21</sup> Quis-se, durante algum tempo, que este monumento fosse mais imponente que o monumento, em Entre Campos, às campanhas napoleónicas. A decisão de colocar o monumento aos combatentes na Avenida da Liberdade levantou alguma controvérsia. António de Cértima escreveu uma carta aberta ao general Abél Hipólito em *A Guerra* (Janeiro de 1927) no qual se insurgia contra tal decisão: ‘Quer entretanto vossa excelência que seja ali num talhão da Avenida, escondido das vistas do grande público, num local quasi obscuro, saudado pela multidão que a desoras sai dum club de que o monumento poderá considerar-se um “anexo” – multidão tal que não interessará nunca à actividade nacional de qualquer país.

Ora contra esse projectado atentado à grandeza heróica e à nobreza moral do sacrificio do soldado de Portugal morto na Grande Guerra, contra esse opróbrio violento à sua memória, à sua dôr e à sua honra, protesto eu, protestamos todos nós que por um alto ideal patriótico fomos à guerra e ali queimámos o sonho enternecido, quente e ardoroso como uma chama, da nossa consciência de portugueses.’

José de Almeida, perante o Governo, o Corpo Diplomático, e grande número de oficiais, voltou a ver na futura concórdia entre portugueses a principal forma de prestar homenagem aos que tinham caído na guerra. No Porto, três lápides foram descerradas: em Infantaria 6 (uma lápide com 43 nomes), Infantaria 18 (57 nomes), e Infantaria 31.<sup>22</sup> Em Coimbra foram descerradas lápides nos quartéis de Infantaria 23 e 35, e do 5º Grupo de metralhadoras, e assim sucessivamente por todo o país. Talvez o brilho do 10 de Junho tenha ofuscado o 14 de Julho, que em 1920 foi assinalado apenas pelas recepções na Legação francesa em Lisboa e no Consulado do mesmo país no Porto. Nunca mais este dia voltou a figurar na comemoração da guerra. Também a 11 de Novembro pouco se passou. António José de Almeida enviou um telegrama ao seu homólogo francês, Alexandre Millerand; o ministro belga ofereceu uma recepção aos veteranos belgas residentes em Portugal; e a Câmara dos Deputados saudou os soldados que tinham combatido pela causa dos Aliados. Foi ainda tomada a decisão de construir um mausoléu no Mosteiro dos Jerónimos para albergar dois soldados desconhecidos, um de África e o outro da Flandres (a Grã-Bretanha e a França tinham-se contentado com um só soldado). O deputado democrático Plínio Silva estranhou que, ao contrário do que acontecia nas outras nações aliadas, em Portugal o 11 de Novembro fosse manifestamente ignorado.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Esta unidade, tendo servido em África, deveria ter preparado uma lápide com 453 nomes, mas pressões de tempo limitaram o monumento a cinquenta e quatro nomes.

<sup>23</sup> Tal estranheza seria também notada, no futuro, pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra, que se esforçaria por relembrar o 11 de Novembro e transformá-lo numa data nacional: '[...] Nas vertentes ocidentais da Ibéria, beijado pelo sol e banhado pelo Mar, um povo, uma raça, Portugal, sentimental e bom pelo coração e pela alma, relembra a cada ano o sangue dos seus mártires e o sacrifício dos seus filhos. O dia onze de Novembro é bem a melhor e a mais evocativa data do triunfo aliado...Comemorar o *Nove de Abril*, como evocação do nosso maior sacrifício português, fatalmente lançado na nossa biografia militar pelo abandono de uns, os de cá de baixo, da Pátria, e pelo valor persistente dos que, repetindo a frase, máxima histórica da Raça "morrer sim mas devagar" e com honra gritaram "de pé" aos semi-mortos da Frente, para que uma tradição de glória se não perdesse...está bem e na razão legítima do conceito dos factos. Mas, fixar na história, como *tradição comum* da alma aliada, o triunfo salvador da civilização latina, não pode ser noutra data que aquela em que os canhões imperiais se calaram, gastas as estrias e cansado o braço teutónico que os movia, ante o forte poder da razão aliada, da sua virtude e do seu valor.

Por isso, sirva a Portugueses este dia para recordar as alegrias do triunfo, e o nove de Abril para glorificação do seu martírio.

Assim o compreendendo, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra promove neste dia, em todo o país, festas comemorativas que habituem o povo português a olhar em frente esta data como a mais própria para relembrar este facto maior da nossa geração e com o qual se firmou na História ao lado dos aliados...? *A Guerra*, 11 de Novembro de 1926.

1921 foi o ano da consagração do 9 de Abril como data fulcral da comemoração da Grande Guerra. Foi a 9 de Abril de 1921 que em Lisboa se realizou a mais imponente cerimónia ligada à guerra: o desfile militar perante os corpos dos dois soldados desconhecidos antes de estes partirem para a Batalha (e não, como inicialmente previsto, para os Jerónimos) onde foram sepultados no dia seguinte. O desfile teve como convidados de honra os marechais Joffre e Diaz e o general Smith-Dorrien (governador de Gibraltar), e contou com destacamentos militares franceses, italianos e britânicos. Lisboa vibrou ainda com o regresso de Afonso Costa a Portugal. A curta estadia de Afonso Costa em Portugal ajudou a selar a natureza política de uma celebração que se queria nacional. O 9 de Abril de 1921 ficou marcado pelo incontornável facciosismo dos dirigentes intervencionistas, que afirmaram ver na grandiosidade do evento a confirmação total dos argumentos avançados desde Agosto de 1914 – e, na presença dos convidados estrangeiros, um *mea culpa* por parte dos Aliados pelo tratamento recebido por Portugal durante a guerra, as conversações de paz e no próprio Tratado de Versalhes. Para Afonso Costa e os seus seguidores, tudo estava finalmente bem: Portugal tinha ganho a guerra e nunca, num passado recente, a sua posição internacional tinha sido tão satisfatória. Tais argumentos não eram convincentes, porém, pois que até a figura de Joffre, que iria apadrinhar, de certa forma, as comemorações portuguesas doravante, tinha há muito entrado em declínio em França. A presença de oficiais e soldados de países aliados tinha pouco significado político. De qualquer forma, foi a partir de 1921 que o 9 de Abril se tornou o ponto fulcral das comemorações de guerra: mas estas não estavam ainda claramente definidas.

Porque é que um dia de luto como o 9 de Abril, data da mais pesada derrota militar portuguesa de que havia memória, se tornou a data central da comemoração portuguesa da guerra impedindo assim o 11 de Novembro de brilhar? Talvez porque esta última data não reunia um consenso suficiente entre combatentes e políticos portugueses, tendo em conta o estado de Portugal e do Exército nessa data. O mesmo não se podia dizer do 9 de Abril. Havia, na verdade, vários noves de Abril. Para os combatentes sem côr partidária, esta tinha sido a data do seu máximo sacrifício. Aceitassem ou não as razões da intervenção portuguesa na guerra, era impossível serem indiferentes ao 9 de Abril, o único dia da guerra em que as forças portuguesas se encontraram no centro de todas as atenções e o dia em que muitos dos seus camaradas tinham morrido, sido feridos ou feitos prisioneiros. O mesmo era verdade para políticos anti-intervencionistas de cunho nacionalista: sangue português tinha sido derramado, e os feitos de portugueses tinham sempre de ser comemorados quando tinham por motivação preservar a honra e a dignidade da Pátria.

Tal visão do 9 de Abril foi apresentada pela primeira vez em 1925 por Trindade Coelho nas páginas de *O Século*, nessa altura já convertido na voz da União dos Interesses Económicos. Trindade Coelho tentou, neste artigo, destruir o mito do 9 de Abril desenvolvido em inúmeros discursos feitos por figuras republicanas desde 1919, chamando ao 9 de Abril ‘uma das mentiras políticas do nosso Estado político’. Trindade Coelho lembrou os seus leitores que a batalha de La Lys tinha sido uma derrota, e uma derrota cujas causas estavam bem definidas, sendo o resultado de decisões governamentais relacionadas com o envio de tropas mal preparadas para a frente de combate. Trindade Coelho estava assim a retomar a linha de argumentação iniciada por Amílcar Mota, na altura Secretário de Estado da Guerra no parlamento sidonista, atacando toda a preparação e treino do CEP.<sup>24</sup> Inseridos no contexto da expectativa de um golpe militar que pusesse fim à República, golpe esse que ocorreu – sem sucesso – nove dias depois, os comentários de Trindade Coelho visavam ferir a causa intervencionista e estimular o orgulho do Exército. O artigo de Trindade Coelho foi acompanhado pelo testemunho de importantes figuras militares: o já defunto general Tamagnini d’Abreu, através de extratos das suas memórias, na altura por publicar, o general Gomes da Costa, especialmente violento na denúncia da sobrevivência, após tantos anos, das causas da derrota e o general Sinel de Cordes, conspirador-mor. Este discurso de enaltecimento do esforço militar e das virtudes militares da ‘Raça’, que continha uma crítica aberta ao regime republicano, seria aproveitado pela ditadura militar para se auto-legitimar a partir do 28 de Maio.

Para os intervencionistas, porém, 9 de Abril de 1918 foi o dia em que os ‘humildes filhos do povo’ salvaram a honra de Portugal com o seu sangue, limpando o país da mancha de vergonha causada pela traição de Sidónio Pais e seus seguidores e salvando-o por isso da vingança dos Aliados vitoriosos. Portugal resgatado pelo seu brioso povo, que, após o 5 de Outubro, derrotara a reacção germânica nas trincheiras da Flandres e a sua congénere nacional em Monsanto: eis o significado político desta data, mais importante do que o próprio fim da guerra. Enquanto durou a Primeira República, o 9 de Abril foi aproveitado para lembrar a população do quanto devia aos políticos que tinham conduzido Portugal à guerra. Assim sendo, os intervencionistas estavam a apropriar-se dos veteranos e dos mortos da guerra, ambos igualmente silenciosos, de forma a defender a decisão de participar na Grande Guerra e atacar os seus inimigos políticos. Em Agosto de 1919 Augusto Casimiro, recém-chegado de França, proferiu uma palestra intitulada ‘Portugal na Guerra’. De acordo com

---

<sup>24</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, 1 de Agosto de 1918.

*O Século*, Casimiro terá afirmado que ‘os soldados da Flandres, apesar de não serem homens de ódios, tinham delegado nele, orador, o encargo de liquidar os traidores [...]’, obra essa que Casimiro continuou com as suas publicações do pós-guerra.<sup>25</sup> A celebração republicana do 9 de Abril foi uma tentativa de manter aceso este espírito de combate aos inimigos internos, sobretudo os do partido Democrático. Como tal, a máquina do Estado – escolas e serviço militar obrigatório – devia ser empregue para reforçar o significado da data.<sup>26</sup> Porém, a falta de meios e de empenho impediu este esforço de ter efeito, como já tinha impedido a propaganda de guerra de funcionar plenamente a partir de 1916.

Em 1921, o 11 de Novembro passou despercebido. Mas outra forma de assinalar a guerra importada dos países aliados iria ser inaugurada no próximo 9 de Abril, agora apelidado de ‘Dia do Esforço da Raça’: os dois minutos de silêncio. O sinal para os dois minutos na capital foi dado por uma peça de artilharia. *O Século* tentou criar a impressão de que a adesão a esta iniciativa fora universal:

Às 17 horas, em ponto, ouviram-se dois tiros de peça, que anunciavam o início dos dois minutos de silêncio [...]. Nas ruas parou toda a circulação. Os militares permaneceram em continência. Os civis descobriram-se respeitosamente. A bordo dos navios de guerra e nas paradas dos quartéis foi prestada essa homenagem de respeito pelos mortos na posição de sentido. Nas diversas casas de espectáculos, que funcionaram de dia, o público levantou-se, conservando-se em silêncio durante dois minutos. No Coliseu dos Recreios, o momento foi impressionante. Depois de aviso prévio, a um sinal dado, o público que enchia a casa descobriu-se, permanecendo

---

<sup>25</sup> *O Século*, 19 de Agosto de 1919.

<sup>26</sup> Assim, a 12 de Março de 1923, *O Século* noticiou a ordem do Ministro da Instrução aos directores de todas as escolas no sentido de organizar conferências e palestras ‘exaltando o esforço da intervenção militar da República Portuguesa, como página resplandescente da nossa gloriosa história’. No ano seguinte, as instruções foram mais precisas: ‘Manda o Governo da República Portuguesa, pelo ministro da Instrução Pública, que em todos os estabelecimentos de ensino dependentes deste ministério se realizem nesse dia conferências explicando o significado político e moral da nossa participação.

Precederá essas conferências, a chamada, nas escolas primárias gerais, de todos os mortos da Guerra pertencentes à respectiva freguesia e, nas outras escolas, de todos os antigos alunos que morreram em defesa da nacionalidade nos campos de batalha da África e da França.

A chamada sera individual, devendo cada nome ser seguido da menção: “morto pela Pátria”.

Depois dessa chamada, e antes da conferência, os professores e alunos manter-se-ão, durante dois minutos, em absoluto silêncio.’ *O Século*, 2 de Abril de 1924.

Instruções semelhantes foram dadas às unidades do exército. Ver Arquivo Histórico Militar, 1a divisão, 36a Secção, Caixa 34, Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra a todas as unidades sobre a forma de observar o 9 de Abril, 25 de Março de 1925.

durante dois minutos em pé e no mais absoluto silêncio. As próprias crianças, que acorrem sempre em grande número às *matinéas*, souberam calar a sua alegria, cumprindo religiosamente os dois minutos de silêncio.<sup>27</sup>

Em Portugal, e apesar de algum empenho mostrado na popularização da prática,<sup>28</sup> esta inovação não foi interiorizada por toda a população, e cedo desapareceu. Outras cerimónias marcaram a data; na Escola Militar foi entregue uma bandeira oferecida ao Exército pela colónia portuguesa no Brasil; ao acto seguiu-se uma sessão solene presidida por António José de Almeida. A data foi assinalada ainda em escolas e quartéis por todo o país.

O 11 de Novembro de 1922 foi celebrado, como o anterior, pelas legações e colónias dos países aliados em Portugal. No ano seguinte, 1923, o 9 de Abril foi novamente assinalado com pompa. Na Avenida da Liberdade foi lançada – pela segunda vez – a ‘primeira’ pedra do monumento aos mortos da guerra, na presença do Chefe de Estado, do Governo, do Corpo Diplomático, e de uma delegação de mutilados de guerra. No local escolhido encontrava-se, há muito, a primeira pedra de um projectado, e ainda não concluído, monumento a Fontes Pereira de Melo, pelo que o buraco cavado teve de ter três metros de profundidade. À cerimónia seguiu-se um desfile de forças do Exército e da Armada, durante o qual soou o aviso dos dois minutos de silêncio: ‘Os mortos heróicos da Grande Guerra, divinizados pelo sacrifício, acordavam para a saudade de todos os portugueses.’<sup>29</sup> A Companhia dos Carris cortou a electricidade aos seus carros, forçando o trânsito a parar. Os acontecimentos da Avenida da Liberdade foram acompanhados por uma série de sessões solenes e conferências em Lisboa e no resto do país. A mais importante decorreu, mais uma vez, sob a presidência de António José de Almeida, na Sociedade de Geografia, patrocinada pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra. A 4 de Setembro desse mesmo ano foram celebradas as campanhas do sul de Angola, de 1914 a 1917. As grandes estrelas desse acontecimento foram dez soldados moçambicanos, cuja curta

<sup>27</sup> *O Século*, 10 de Abril de 1922.

<sup>28</sup> O recurso a cartazes e anúncios em jornais foi comum, ambos contendo a seguinte mensagem:

‘Padrões da Grande Guerra  
Na terra portuguesa  
Dois minutos de silêncio  
Evocando o Soldado Desconhecido  
Símbolo de abnegação pelo bem da Pátria  
Às 5 horas da tarde  
Quarta-feira, 9 de Abril de 1924’

<sup>29</sup> *O Século*, 10 de Abril de 1923.

estadia em Portugal foi um ininterrupto passeio por todo o país. Outra figura em destaque foi o – agora — major Francisco Aragão, ferido quando liderava uma carga de cavalaria na derrota de Naulila, feito que o tornou o primeiro herói português da Grande Guerra, sendo apadrinhado pelos intervencionistas como o símbolo da resistência patriótica contra aqueles que se opunham à participação de Portugal na guerra.<sup>30</sup> *O Século* afirmou o seu contentamento perante as cerimónias, nas quais viu sinais das melhores relações entre a República e o Exército: ‘A aliança entre o Estado republicano e o Exército, quer queiram, quer não, os que contra a Pátria se rebelam e apenas vivem para difamá-la, é hoje um facto.’<sup>31</sup>

Em 1924, e respondendo a várias queixas expressas na imprensa, as atenções viraram-se novamente para a Batalha. A 7 de Abril, os dois soldados desconhecidos foram definitivamente sepultados. A 8 de Abril, em Lisboa, a Marinha prestou homenagem aos mortos do 9 de Abril numa cerimónia no quartel do corpo de marinheiros, em Alcântara; várias figuras dirigiram-se às praças da Armada no intuito de lhes explicar o significado da guerra e da data que se celebrava. A 9, foi a vez de a Marinha ser honrada pela Comissão dos Padrões, numa cerimónia que decorreu na Sala Portugal da Sociedade de Geografia. Sob a presidência do Chefe de Estado, e perante uma sala repleta, onde se encontrava o Corpo Diplomático, representantes da Comissão dos Padrões e da Liga dos Combatentes, e muitos oficiais, o capitão de fragata Almeida Henriques detalhou a acção da Armada portuguesa durante o conflito nos termos mais honrosos, e Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Sagrada, lembrou a importância da participação portuguesa na Grande Guerra, realçando a defesa das colónias como principal objectivo português, plenamente realizado, apesar dos perigos postos à grande obra nacional pelo dezembrismo:

Eu fui, meus senhores, e confesso-o desvanecido, um dos obreiros desse edifício. Quanto mais tempo passa e mais se esclarece o problema formidável que a Grande Guerra pretendeu resolver, mais eu me convenço de que colaborei numa obra de Justiça e que nela defendi os sagrados interesses da minha Pátria.

Mas não me iludo sobre a parte que me cabe na gloriosa tarefa. Ela é, na verdade, a mais pequena e mesquinha.

Bernardino Machado na Presidência da República; António José de Almeida, Afonso Costa e Norton de Matos dentro do Governo; Teixeira Gomes e

---

<sup>30</sup> Aragão foi violentamente satirizado por Fernando Pessoa na sua ‘Carta a um herói estúpido’. Ver Fernando Pessoa, *Da República (1910-1935)* (Lisboa: Ática, 1978), pp. 191-212.

<sup>31</sup> *O Século*, 5 de Setembro de 1923.

João Chagas nas legações de Londres e de Paris; Alexandre Braga na tribuna parlamentar e Leote do Rego e Agatão Lança na praça pública, Mayer Garção e Herculano Nunes na imprensa, e quantos, quantos outros!

Pois é – sr. Presidente, minhas senhoras e meus senhores – em nome desses homens e dos altos serviços que eles prestaram ao país, que eu saúdo os combatentes da grande guerra!<sup>32</sup>

Falaram ainda o ministro da Marinha, Pereira da Silva, e o Presidente da República, que sugeriu a construção de um padrão alusivo aos feitos da Armada portuguesa. Foi na Batalha, porém, que decorreu a principal cerimónia do sexto aniversário da batalha de La Lys: o acender, pelo Ministro da Guerra, Américo Olavo, do ‘lampadário da Pátria’, e a inauguração do Museu do Soldado Desconhecido. No Porto, as bandas de Infantaria 6 e 18 organizaram um concerto, na Praça da Liberdade, onde seriam mais tarde observados os dois minutos de silêncio, e realizou-se ainda uma sessão solene no Palácio da Bolsa, presidida pelo Ministro da Agricultura e contando com membros da Universidade e da Junta Patriótica do Norte. O Ministro da Instrução, Hélder Ribeiro, celebrou a data em Coimbra, enquanto o seu colega do Interior, se deslocou a Castelo Branco. Segundo o *Século*, mais uma vez Lisboa parou, ‘como que por encanto’ após o sinal, às 17 horas, dos dois minutos de silêncio, tendo o jornal ainda relatado o caso de um ‘brioso e honrado soldado, filho do povo’ que, ‘elevando os punhos numa sagrada cólera’, obrigara um transeunte a descobrir-se, prestando assim homenagem aos mortos da guerra.<sup>33</sup> Foram ainda organizadas conferências nas faculdades, liceus, escolas e centros políticos por todo o país.

Não foram só as comemorações da guerra que ficaram manchadas pelo facciosismo típico da época. Os próprios veteranos, que, como no resto da Europa, tinham estabelecido associações de defesa dos seus direitos, foram confrontados com a impossibilidade de se manterem politicamente neutros e alheios às dificuldades do regime republicano. Numericamente, a mais importante destas associações era a Liga dos Combatentes da Grande Guerra, organização cuja presença incómoda dentro da República, da ditadura militar e do Estado Novo está ainda por estudar cuidadosamente. Esforços para a formação da Liga, dedicada a auxiliar ‘os que se encontram a braços com a miséria, depois de no campo terem derramado o seu sangue para honra e glória

---

<sup>32</sup> *O Século*, 10 de Abril de 1924.

<sup>33</sup> *O Século*, 10 de Abril de 1924.

de Portugal’, começaram em 1921.<sup>34</sup> Como em França, a Liga foi criada de baixo para cima, em função de disputas sobre pensões e outros pagamentos devidos aos antigos combatentes e suas famílias. Porém, dificuldades encontradas pelos fundadores da Liga levaram-nos a confiar a jovem organização a oficiais bem conhecidos do público em geral, incluindo o já referido Francisco Aragão e João Ferreira do Amaral<sup>35</sup>. Em Janeiro de 1926, surgiu a revista *A Guerra*, órgão oficial da Liga dos Combatentes. *A Guerra* publicou, retroactivamente, as minutas das sessões dos corpos dirigentes da Liga, começando com a reunião de 16 de Outubro de 1923, na qual a transferência de poder foi efectuada. Para esta revista, a Liga tornou-se necessária devido à injustiça e ao abandono a que sucessivos Governos tinham condenado os veteranos da guerra: só a união dos esforços dos ex-combatentes poderia inverter esta situação. Nas palavras do coronel Mardel Ferreira,

Representamos uma força espiritual cuja importância só não avaliará bem quem desconhecer o poder incoercível dos imponderáveis. Não tínhamos o direito de continuar numa indiferença que era uma cumplicidade. Tudo nos apontava a necessidade de nos unirmos – desde o dever de amarmos os nossos camaradas de armas que a ingratidão do país votara a uma abandono descarável até ao direito de reclamarmos altivamente a consideração e as compensações que legitimamente nos são devidas.<sup>36</sup>

A sua liderança, porém, ambicionava ainda representar Portugal nas comemorações internacionais da Guerra, e trabalhar para melhorar ‘a moral da raça’ portuguesa. Uma vez comandada por homens como Francisco Aragão e João Ferreira do Amaral, a Liga viu o seu estatuto aprovado pelo Governo e a sua rede de representações crescer, espalhando-se por todo o território

---

<sup>34</sup> Ver *O Século*, 18 de Maio de 1921. Ver também *A Guerra*, 1 de Janeiro de 1926: ‘Em Abril de 1921, e em razão das injustiças feitas aos que na Grande Guerra combateram, especialmente aos estropeados e mutilados e ainda devido ao desprezo a que eram votados pelos Poderes Constituintes, os quais não só não tomavam na devida conta, mas até propositadamente esqueciam as justas reclamações de muitos, que após haverem cumprido o seu dever, cumprindo conjuntamente com o juramento que antes haviam feito de darem o seu sangue pela Pátria, se viam abandonados e na miséria, com grave prejuízo para o patriotismo, disciplina, e moral do povo português, for lembrado pelo sr. João Jaime de Faria Afonso, se tentasse agregar quantos Portugueses houvessem tomado parte na Grande Guerra a fim de não só pugnam pelos seus interesses e de suas famílias, valendo-se de si próprios, mais ainda de erguerem o nome do nosso país lá fora, e o moral da raça dentro deste país [...]’

<sup>35</sup> É da autoria de Ferreira do Amaral um dos mais interessantes livros sobre a participação portuguesa na Grande Guerra: *A mentira da Flandres...e o medo* (Lisboa: J. Rodrigues, 1922).

<sup>36</sup> Coronel Mardel Ferreira, ‘Vitória mutilada’, *A Guerra*, Maio de 1926.

nacional. Continuará, até 1926, a ser uma fonte de críticas ao tratamento dos ex-combatentes e à incapacidade dos governantes de ver nos veteranos uma força regeneradora em Portugal. *A Guerra* contava, entre os seus colaboradores, alguns inimigos confessos do regime, incluindo o próprio general Sinel de Cordes, que usou este meio para atacar violentamente os intervencionistas de 1914, que, a seu ver, tinham levado um país à guerra sem se preocupar com o seu estado de preparação. Um artigo de Sinel de Cordes, publicado a 9 de Abril de 1926 (isto é, um ano após o fracassado golpe de 18 de Abril de 1925 e mês e meio antes do fim do regime) foi extremamente violento, estabelecendo uma ligação directa entre a má governação de Portugal durante a guerra e a crise económica e financeira que se lhe seguiu. Outro autor cujos artigos foram frequentemente publicados em *A Guerra* foi o nacionalista António de Cértima, áspero crítico do regime em livros e na imprensa de extrema direita, incluindo o jornal *Portugal*, de João de Castro.<sup>37</sup> O já citado artigo de Mardel Ferreira unia o tratamento deficiente dos veteranos e a crise que Portugal atravessava através do conceito de uma vitória mutilada pelos ‘maus pastores’ que conduziam o povo português, ‘digno de melhor sorte’:

---

<sup>37</sup> Este jornal tentou transformar os veteranos da Grande Guerra num escol nacionalista. Ver o seu segundo número, de 9 de Junho de 1923: ‘[...] Chamamos todos os Portugueses. Se querem, venham salvar Portugal.

De outro modo é impossível.

Por isso chamamos por vós portugueses de todas as classes.

Vós soldados, oficiais, valentes das duas guerras de África e da Flandres em quem reside mais do que em ninguém a consciência da Pátria e do seu destino, que vós defendeis e criais com o vosso sangue.

Vós *soldados* homens humildes e heróicos das trincheiras ou das marchas infundáveis de guerras africanas, recrutados à preparação para o sacrifício belo do futuro, todos vós:

O Nacionalismo é vosso, é o vosso sacrifício que o permite e lhe dá força. Que os vossos nomes em massa venham juntar-se aos nossos nomes, que o vosso esforço venha fazer grande o Nacionalismo Lusitano [...]’

Ver ainda o relato do discurso de António de Cértima por ocasião das comemorações oficiais do 9 de Abril de 1927 perante, entre outros, o Ministro das Finanças, Sinel de Cordes:

‘ Não lhe disseram [ao soldado português] para onde ia, pelo que ia, nem ele foi alistar-se em partido ou facção política. Foi porque o mandaram, e bateu-se porque era preciso bater-se!

Referindo-se às consequências sociais da Grande Guerra, disse que o soldado lutou para que Portugal tivesse melhores dias e se enquadrasse na civilização das nações que querem Paz e querem Ordem.

- Como se fez então, procuremos nós agora e sempre honrar a Pátria, para que ela seja através dos séculos a mesma terra portuguesa, berço de heróis e de santos, de taumaturgos e de poetas!

- Cumpramos o que os mortos de guerra nos ordenam!’ *A Guerra*, Abril de 1927.

Ninguém deu à Nação a compreensão do mundo novo que da guerra surgiu; ninguém lhe despertou as energias para enfrentar resolutamente os perigos que dentro dele nos ameaçam. E, pior do que tudo, tendo enfileirado entre os vencedores, tomámos uma atitude de vencidos. A vitória que alcançámos é, como a de Samotrácia, uma vitória mutilada: nem tem cabeça para pensar nem braços para agir. Só assim se pode explicar que as mais torvas cobiças pairem, como um bando de corvos vorazes, em torno dos nossos domínios e que os estranhos teimem em considerar moribundo um povo que durante a guerra deu irrefregáveis provas de mais assombrosa vitalidade [...].

Mesmo quando se abstinha de intervir, directa ou indirectamente, na vida política portuguesa, a Liga dos Combatentes não podia deixar de denegrir o regime republicano, pois um discurso como o seu, de auxílio aos combatentes menosprezados pelo Estado, feria necessariamente os sectores intervencionistas, que tinham levado tais homens à guerra para os deixar cair na miséria. O facto de o CEP e dos contingentes que combateram em África estarem minados, mesmo antes da partida para a frente de combate, por doenças, especialmente pela tuberculose, fez com que os casos de miséria entre os ex-combatentes fossem tristemente comuns e figurassem regularmente na imprensa. Os números eram assustadores; só do CEP tinham resultado 7000 soldados e oficiais incapazes e inúteis para o serviço militar, dos quais 45% eram tuberculosos.<sup>38</sup> Em Março de 1919 *O Século* denunciou o facto de um soldado mutilado do Instituto de Santa Isabel, morto por doença no Hospital da Estrela, ter sido enterrado sem nenhum sinal de distinção, sem almofada nem lençol, de olhos abertos, num caixão que pingava sangue.<sup>39</sup> Inúmeros casos se seguiram. Em Julho de 1920 foi a vez de um soldado enlouquecido, hospitalizado em Rilhafoles, ter sido enterrado na vala comum, já que ninguém do Exército tinha ido buscar o seu corpo.<sup>40</sup> Em Novembro de 1923 morreu em Pinho (São Pedro do Sul) outro ex-combatente, tuberculoso, deixando sem recursos a mulher e dois filhos.

---

<sup>38</sup> Estes números foram apresentados pelo dr. António Barradas, na palestra ‘As doenças e a mortalidade no C.E.P.’, durante um congresso de medicina em Madrid noticiado por *O Século* a 4 de Agosto de 1919. A existência de tantos antigos combatentes tuberculosos era vista por este jornal não só como uma vergonha, mas ainda como uma ameaça para o bem-estar do público: ‘Onde estão? Vagueiam por aí, nas cidades ou nos campos, espalhando o terrível morbo’. *O Século*, 6 de Abril de 1920.

<sup>39</sup> *João Verdades* escreveu, a respeito deste incidente, ‘Nada mais justificável que serem distinguidos com veneras os que influíram para que Portugal tomasse parte na Guerra. Mas quer-me parecer que também será justo fornecer ao menos mortalha aos que sempre fizeram um pouco mais – tomaram, eles, parte nela’. *O Século*, 11 de Março de 1919.

<sup>40</sup> *O Século*, 21 de Julho de 1920.

*O Século* concluiu desta tragédia que ‘não há circunstâncias de ordem financeira que justifiquem tamanho abandono; mais do que isso: tamanha desumanidade para com esses humildes filhos do povo, que tudo souberam sacrificar na hora própria [...]’.<sup>41</sup> Carta após carta denunciando o tratamento dos vivos e dos mortos foi publicada entre 1919 e 1926, a inflação típica do período afectando gravemente todos aqueles veteranos ou familiares de soldados mortos ou incapazes que dependiam de uma pensão estatal para sobreviver. A imprensa dos mutilados<sup>42</sup> agravou este sentimento de injustiça, clamando por um melhor tratamento por parte do Governo, enquanto a Liga dos Combatentes invocava a memória dos mortos – ‘e de tantos mortos, quem se lembra deles?’<sup>43</sup> – para reivindicar reformas capazes de ajudar os veteranos e suas famílias. E quando, em 1926, os mutilados e inválidos de guerra organizaram um Congresso, em Coimbra, o evento foi recebido pelos antigos combatentes como uma vergonha para sucessivos Governos que pouco ou nada tinham feito por eles; Alberto Baptista Álvares, alferes mutilado de guerra, escreveu, em *A Guerra*,

(...) os “expoentes máximos dos sacrificados de guerra, os seus mutilados e inválidos bem como as suas viúvas e orfãos”, (palavras do combatente Dr José de Sousa Carrusca) ainda em 1926, têm necessidade; os primeiros de arrastarem mistrando os seus defeitos e miséria física, em horripilante cortejo pelas ruas de Coimbra, e reunirem um Congresso para apresentar reclamações, e os segundos apresentarem todos os dias na Imprensa e por outras vias as suas justificadas lamentações.

O decôro da Nação obriga à não repetição destes factos.

No seu já referido livro, Antoine Prost estabeleceu a ligação entre os movimentos de veteranos franceses e o Estado Francês de Vichy, cuja Legião muitos deles viriam a integrar devido à lealdade para com o marechal Pétain. Em Portugal, o 28 de Maio foi saudado, correctamente ou não, por *A Guerra*, como uma vitória dos ex-combatentes, que agora viam no poder o comandante das tropas portuguesas no 9 de Abril empenhado em executar uma política nacional, perante a qual os ex-combatentes não se podiam manter indiferentes:

---

<sup>41</sup> *O Século*, 17 de Novembro de 1923.

<sup>42</sup> Ver, por exemplo, *O Mutilado* (Lisboa), cuja publicação iniciou em Julho de 1920, e *O Mutilado do Porto*, lançado em Janeiro de 1925, e que se afirmava órgão da Liga Portuguesa dos Mutilados e Inválidos da Guerra, em organização no Porto.

<sup>43</sup> Sousa Carrusca, ‘Os mortos falam’, *A Guerra*, Abril de 1926.

Como disse, há dias, António de Cértima, esta hora é a hora dos combatentes. O espírito do governo militar é o espírito daqueles que lutaram pela Pátria no túmulo heróico das trincheiras. Aqui estamos, pois, meu general, prontos a segui-lo, decididos a ocupar os postos, que nos indicar, para bem servir a Pátria [...]

COMBATENTES DA GRANDE GUERRA!

Sacrifiquemo-nos mais uma vez, se for preciso, e, como bons soldados, saibamos obedecer à voz da Pátria!<sup>44</sup>

Caminho inverso ao da Liga dos Combatentes foi seguido por outra organização dedicada à comemoração da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial: a Comissão dos Padrões da Grande Guerra. Em 1921, surgiu a ideia de erguer uma série de padrões nas várias frentes de batalha em que participaram tropas portuguesas. O padrão, símbolo máximo dos descobrimentos portugueses, serviria agora, não para sublinhar a anexação de território, mas antes para atrair o reconhecimento estrangeiro do esforço português, que tardava a chegar. Ao lembrar ao povo francês e a todos os turistas dos campos de batalha a presença de tropas portuguesas na Flandres, os padrões serviriam para apregoar os feitos dos que de tão longe tinham vindo para defender a França e a causa aliada.<sup>45</sup> Para António José de Almeida, os padrões eram ‘sarcófagos e colunas heróicas, verdadeiros monumentos à Raça’.<sup>46</sup> Os padrões eram assim uma forma de comemoração virada para o exterior, ajudando a colmatar o déficite de informação no estrangeiro sobre o esforço de guerra português. A primeira pedra do padrão em França foi colocada a 11 de Novembro de 1923 na aldeia francesa de Lacouture, o último bastião do CEP a 9 de Abril de 1918, na presença do marechal Joffre, descrito por Almada Negreiros, correspondente de guerra de *O Século*, como ‘o ídolo das multidões do mundo’. O padrão em si seria inaugurado apenas cinco anos mais tarde. A Comissão dos Padrões foi representada pelo general Roberto Baptista, ‘soldado valente da Grande Guerra’, e pelo capitão de fragata Afonso de Cerqueira, ‘representante glorioso da mais gloriosa Marinha do mundo’. Falaram Joffre, o General Baptista, o *maire* de Lacouture, e Cisneiros Ferreira, encarregado de negócios português em França. Outros padrões seriam erguidos em Moçambique e em Angola. Porém, as funções da Comissão dos Padrões, inaugurada em Dezembro de 1921, foram

---

<sup>44</sup> Sousa Carrusca, ‘Pela Pátria’, *A Guerra*, Julho 1926.

<sup>45</sup> Ver David W. Lloyd, *Battlefield tourism: Pilgrimage and the commemoration of the Great War in Britain, Australia and Canada, 1919-1939* (Oxford: Berg, 1998).

<sup>46</sup> Comissão dos Padrões da Grande Guerra, *Elogio Histórico ao Dr António José de Almeida, Seu Presidente de Honra* (Porto, 1930).

crecendo, já que esta era encabeçada por oficiais que partilhavam o ponto de vista e a retórica intervencionista, que seria por eles preservada para lá do 28 de Maio. Foi a Comissão que herdou a tarefa de organizar as comemorações do 9 de Abril e de coordenar os esforços das autoridades civis e militares para assegurar o sucesso dos dois minutos de silêncio. A Comissão organizou ainda ‘peregrinações patrióticas’ ao túmulo dos soldados desconhecidos, velou pelos restos mortais dos soldados falecidos em França (apelando para a construção de um cemitério nacional) e associou-se a uma iniciativa do Touring Club francês para assinalar, através de marcos, a linha do avanço máximo das forças alemãs, encomendando sete destes marcos para o antigo sector do CEP com a legenda ‘ici fut repoussé l’envahisseur’.

A ideia de ligar para sempre o território francês defendido pelo CEP e Portugal antecedeu a formação da Comissão dos Padrões. Uma das iniciativas de comemoração do esforço português mais originais partiu de dois artistas, Tomás Leal da Câmara e António Teixeira Lopes: a reprodução de uma aldeia portuguesa, que serviria de monumento, cemitério militar, e exposição permanente de produtos nacionais, na Flandres. Foi numa sessão solene em Lisboa que Leal da Câmara apresentou o projecto, muito discutido em 1919 e 1920 antes de perder fôlego, não conseguindo nunca atrair o interesse do Governo, apesar do apoio demonstrado por algumas figuras de primeiro plano no universo republicano e intervencionista tais como Ana de Castro Osório.

Por fim, resta referir que a construção de um cemitério militar português foi extremamente lenta e motivo de queixas constantes por parte de militares. As outras nações aliadas promoveram a construção destes cemitérios a uma necessidade nacional, prestando assim homenagem aos mortos e permitindo o acesso fácil de familiares aos soldados sepultados em França. Em Portugal, nada se fez, nos anos que se seguiram ao fim da Guerra, a este respeito, embora as campas de quase todos os soldados portugueses mortos na Flandres tivessem sido identificadas. Um cemitério português, em Richebourg-l’Avoué, foi inaugurado só em 1937, em pleno Estado Novo; a sua construção arrastou-se durante anos. A não-construção deste cemitério pela República foi o fiel espelho do tratamento dado pelo regime aos sobreviventes da guerra, e contribuiu para a consolidação da ideia que a República estava a menosprezar todos aqueles que em seu nome se tinham batido. Tal como o cemitério, foi notada pelos combatentes a falta de um museu da Grande Guerra. Os primeiros passos para um tal empreendimento tinham sido tomados durante o conflito por Norton de Matos, mas nunca houve, após 1918, vontade política de seguir em frente, tendo sido decidido converter uma sala do Museu de Artilharia (hoje Museu Militar) de forma a albergar a colecção de objectos até então reunidos. Foi aberta a sala a 30 de Outubro

de 1919.<sup>47</sup> Mais tarde, em 1924, esse espaço foi dignificado por uma série de magníficas telas de Sousa Lopes ilustrando o esforço dos portugueses na frente de combate: mas para os combatentes era necessário um museu exclusivamente dedicado à sua experiência. Em Novembro de 1926 *A Guerra* lembrava que Portugal era a única nação aliada que ainda não tinha construído semelhante museu e centro documental: ‘É uma vergonha para Portugal, vergonha de que nós todos os portugueses, combatentes ou não combatentes, temos a culpa’. Como tal, a Liga iria encarregar-se da sua construção, pois ‘o que no Museu de Artilharia se encontra, pelo quasi nada que é, antes ali não existira, porque assim só servirá para amesquinhar o sacrifício’.

Não pretendeu este artigo ser um estudo exaustivo do tratamento, pelo regime republicano, dos antigos combatentes. Mas é tão volumoso e importante o material existente a respeito do regresso dos soldados de África e da Flandres, das dificuldades que enfrentaram, e do descontentamento pela forma como a participação portuguesa na Grande Guerra foi celebrada, e tem-lhe sido dedicada tão pouca atenção pela historiografia do período, que nos atrevemos a sugerir que uma só monografia, ou tese de doutoramento, sobre a desmobilização do CEP e a comemoração da Grande Guerra será capaz de gerar um novo consenso sobre as origens e a natureza do 28 de Maio.

---

<sup>47</sup> *O Século*, 31 de Outubro de 1919.